



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PROCURADORIA GERAL LEGISLATIVA
PARECER INTERNO Nº 052/2022

PARECER JURÍDICO Nº 329/2022

EMENDA MODIFICATIVA Nº 030/2022 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 129/2022, DE AUTORIA DO VEREADOR ELVIS SILVA CRUZ, QUE “DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS EMPRESAS DE GRANDE PORTE, QUE POSSUAM EM SEUS QUADROS NO MÍNIMO 60% (SESSENTA POR CENTO) DE FUNCIONÁRIOS DO SEXO MASCULINO, A OFERECEREM, ANUALMENTE, PALESTRAS SOBRE O TEMA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Interessado: DIRETORIA LEGISLATIVA

I – Relatório:

O objeto da presente análise é a Emenda Modificativa nº 030/2022, de autoria do Vereador Elvis Silva Cruz, ao Projeto de Lei Ordinária nº 129/2022, proposto pelo mesmo parlamentar, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas de grande porte, que possuam em seus quadros no mínimo 60% (sessenta por cento) de funcionários do sexo masculino, a oferecerem, anualmente, palestras sobre o tema violência doméstica, no âmbito do município de Parauapebas, e dá outras providências”, cujo escopo é modificar a redação do artigo 3º e do inciso II do artigo 4º da proposição original.

A proposição foi lida na sessão plenária ordinária do dia 08 de novembro de 2022, e, de conformidade com o rito regimental, veio para parecer prévio, a teor do que determina o artigo 215, parágrafo 2º, do Regimento Interno.

É o relatório.

II – Análise Jurídica:

II.1 – Da Forma:



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PROCURADORIA GERAL LEGISLATIVA
PARECER INTERNO Nº 052/2022

Quanto aos requisitos formais, impende observar que a Emenda Modificativa em análise atende às disposições regimentais pertinentes, quais sejam:

- a) ser acessória a uma proposição em trâmite (art. 215, *caput*);
- b) alterar parte definida de um dispositivo (art. 215, II);
- c) ser de iniciativa parlamentar (art. 215, § 1º, I, 'a');
- d) ser pertinente ao assunto da proposição original e incidir sobre um só dispositivo ou sobre mais de um dispositivo, quando correlato a outros que também devam ser alterados (art. 215, II, 'a' e 'b');
- e) ser apresentada até o início da discussão, em proposição submetida a turno único (art. 215, III, 'a');
- f) ser apresentada por escrito (art. 215, § 4º) e
- g) não gerar incremento de despesas (art. 215, § 6º).

Considerando que a proposição em exame atende a todas as condicionantes acima expostas, não se vislumbra óbice formal à sua tramitação.

II.2 – Da Matéria:

Como se vê do teor da Emenda Modificativa em questão, seu objetivo é alterar o texto do artigo 3º e do inciso II do artigo 4º do Projeto de Lei Ordinária nº 129/2022, que apresentam a seguinte redação:

“Art. 3º As palestras serão oferecidas de forma que envolva todos os funcionários do sexo masculino da empresa.”

“Art. 4º (...)

(...)

II – aplicação de multa no valor de 2.000 UFIRs (duas mil Unidades Fiscais de Referência) a cada nova notificação.”

Os respectivos textos, se aplicada a alteração da emenda, restarão os seguintes:

“Art. 3º As palestras serão oferecidas de forma que envolva todos os funcionários do sexo masculino presentes na sede da empresa no dia de sua realização.”

“Art. 4º (...)

(...)



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PROCURADORIA GERAL LEGISLATIVA
PARECER INTERNO Nº 052/2022

II – a aplicação de multa no valor de 2.000 UFMs (duas mil Unidades Fiscais Municipais) a cada nova notificação.”

Interessa apontar que a alteração da redação proposta pela emenda em análise decorre da atuação da Procuradoria da Câmara nos processos legislativos, tendo o proponente acatado as orientações expedidas no Parecer Jurídico nº 208/2022, de lavra do Procurador Nilton César Gomes Batista, lotado na Procuradoria Especializada de Assessoramento Legislativo, que, nada obstante não ter identificado qualquer vício de ordem material no projeto, sugeriu fosse emendado o texto a título de aperfeiçoamento, tanto no que tange à substituição da unidade da medida da sanção de multa, de UFIR para UFM, já que o município possui sua própria unidade fiscal, quanto para possibilitar a aplicação prática da lei, considerando o potencial universo de funcionários a participarem das palestras que a lei institui como obrigatórias.

Logo, não se vislumbra qualquer defeito, também na matéria, capaz de macular a proposição em exame, posto que a emenda se restringe a aperfeiçoar o texto do artigo 3º e do inciso II do artigo 4º do Projeto de Lei Ordinária nº 129/2022.

III – Conclusão:

À vista de todo o exposto, esta Procuradoria **ENTENDE, CONCLUI e OPINA** pela regimentalidade, legalidade e constitucionalidade da Emenda Modificativa nº 030/2022 ao Projeto de Lei Ordinária nº 129/2022, de autoria do Vereador Elvis Silva Cruz, que visa alterar o texto do artigo 3º e do inciso II do artigo 4º da proposta original.

É o parecer.

Parauapebas/PA, 10 de novembro de 2022.

ALANE PAULA ARAÚJO
Procuradora Geral Legislativa
Portaria nº 007/2021